

Constituição vai virar dicionário

Henrique José Alves

"Uma constituição é uma coisa não apenas nominal, mas efetiva. Tem uma existência não ideal, mas real, e lá onde não pode ser exibida de forma visível, não existe. Uma constituição é anterior a um governo e o governo é apenas o produto de uma constituição. A constituição de um país não é um ato de seu governo, mas do povo que constitui um governo".

Thomas Paine, panfletário da independência americana

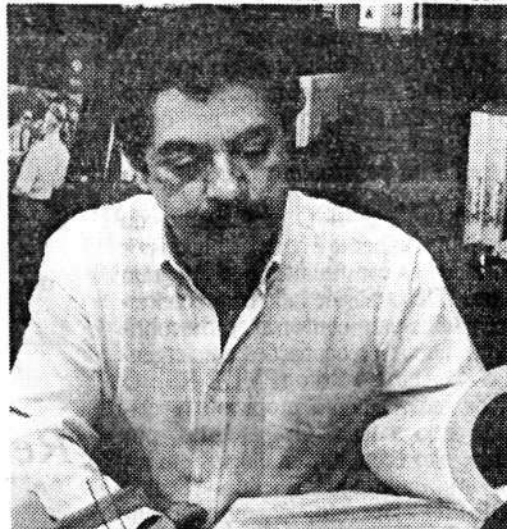
Para muita gente, uma constituição não passa de um amontoado de palavras difíceis, indecifráveis, dispostas em artigos complicados, incompreensíveis. É como se a constituição fosse uma grande caixa de segredos.

Segredos que o advogado Marcello Cerqueira se propõe a revelar com o seu *Dicionário Jurídico da Constituição Brasileira de 1987*, que chegará no próximo ano a todas as bancas e livrarias com o selo da Editora Nova Fronteira, fundada por Carlos Lacerda, e o patrocínio de duas entidades — a Faculdade Cândido Mendes e a Financiadora de Estudos e Projetos, a Finep, que pertence ao ministério de Ciência e Tecnologia e financiará a obra a fundo perdido. O contrato de Marcello Cerqueira com a Nova Fronteira será assinado nos próximos dias.

O dicionário vai trazer, em forma de verbetes, o significado de todas as palavras da futura constituição — aproximadamente cinco mil, a julgar pelo projeto elaborado pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral. E comparar seus artigos com os das principais constituições da Europa — a francesa, a italiana, a portuguesa, a alemã e a espanhola — a dos Estados Unidos, a da União Soviética e ainda algumas da América Latina, como a cubana, a paraguana, a argentina e a nicaraguense.

Verbetes assinados — A comparação se estenderá também às constituições brasileiras des-

Foto — José Roberto Serra



Cerqueira quer popularizar a lei

de a Proclamação da República — a de 1891, a de 1934, a de 1946 e a de 1967, que dura até hoje. O Império teve apenas uma constituição, outorgada por Dom Pedro I. Haverá apenas uma exceção — a de 1937, inspirada na constituição polonesa da época de Benito Mussolini. "Para que incluir a de 37? Era uma constituição fascista, que não tem nenhuma contribuição a dar", explica Marcello Cerqueira, um político militante que era até bem pouco tempo consultor-jurídico do Ministério da Justiça.

No dicionário que está na cabeça de Cerqueira, um tipo de obra inédito no mundo inteiro que vai consumir um ano de trabalho, o leitor vai encontrar também o significado de expressões consagradas do direito constitucional mesmo em latim. Habeas-corpus, por exemplo. E tudo em ordem alfabética e numa linguagem clara, simples e acessível, para servir tanto ao leigo quanto ao especialista. Serão lançadas duas versões do mesmo dicionário: uma erudita, completa e sofisticada, e outra popular — apenas com o significado das palavras, sem o privilégio das

comparações. E Marcello Cerqueira faz questão de dizer que não se trata de uma obra ideológica. "A obra é de um autor socialista, mas não terá conotações políticas".

Nilo Batista — Os verbetes de palavras-chave serão assinados por autores famosos. Para explicar o que é *cultura*, por exemplo, recorre-se ao filólogo Antônio Houaiss. O jurista Evandro Lins e Silva escreverá o verbete *Poder Judiciário*. O verbete *Constituição* caberá a outro jurista, Raimundo Faoro, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

Marcello Cerqueira diz que seu dicionário será à prova de erro. Com o auxílio dos microcomputadores da Nova Fronteira, a mesma editora do *Aurélio*, ele compilará todos os dados reunidos por 16 pesquisadores. Depois de tudo pronto, entrarão em cena os consultores por tema. "Eles só vão ler todo o trabalho ligado ao seu ramo para ver se tem algum erro. Mas se quiserem acrescentar alguma coisa, também podem", explica Cerqueira, um deputado federal atuante nos tempos do falecido MDB. São oito consultores. Um deles já está escolhido: o advogado Nilo Batista, secretário de Polícia Civil do fim do Governo Leonel Brizola, para o capítulo de Direito Penal.

Quanto custará o *Dicionário Jurídico da Constituição Brasileira de 1987*? "É claro que ele não poderá custar o mesmo preço de um romance", diz o editor Sebastião Lacerda. "O preço vai ser mais ou menos o dos livros de referência". No jargão editorial, livros de referência são os livros de consulta, como os dicionários. Hoje, custam em média entre Cz\$800 e Cz\$1250. A Nova Fronteira ainda não concluiu o orçamento dessa obra.

Curioso destino o desse advogado de 48 anos, professor da Faculdade Cândido Mendes, que cativou a simpatia de Tancredo Neves por sua capacidade de conciliar. Nas últimas eleições, teve mais votos do que muitos constituintes que estão em Brasília — mais de 50 mil — e não se elegeu. Seu partido, o Partido Socialista Brasileiro, não obteve o número mínimo de votos exigido pela lei. Agora, só lhe resta ajudar a explicar uma constituição que não pôde ajudar a escrever.